

Ficha — O Iluminismo e a construção da modernidade

11.º Ano História A 3 páginas 8 exercícios

Objetivo: Valorizar o contributo dos **progressos do conhecimento** e da afirmação da **filosofia das Luzes** para a construção da **modernidade europeia**.

Revisão rápida

Iluminismo — movimento intelectual do século XVIII que faz da **razão** e da **crítica** o critério da verdade e da legitimidade. Combate o privilégio, a censura e o direito divino; defende a **tolerância**, a liberdade de expressão, o **progresso** e a felicidade como fins da organização política.

Autor e obra	Contributo
Newton, <i>Principia</i> (1687)	leis naturais universais: o universo é inteligível — a razão deixa de precisar da autoridade religiosa para o explicar
Locke (1690)	empirismo (o conhecimento vem da experiência) e direitos naturais; base do liberalismo
Montesquieu, <i>O Espírito das Leis</i> (1748)	divisão de poderes (legislativo, executivo, judicial) como garantia da liberdade; crítica do despotismo
Voltaire, <i>Cartas Inglesas</i> (1734)	tolerância religiosa, crítica do fanatismo e da Igreja instituída, liberdade de expressão
Rousseau, <i>O Contrato Social</i> (1762)	soberania popular : o poder pertence ao povo e exprime-se na vontade geral; a soberania não se delega
Diderot e D'Alembert, <i>Enciclopédia</i> (1751-1772)	difusão do saber: reunir e divulgar todo o conhecimento disponível, incluindo as técnicas

Difusão e resistências — as ideias circulam em **salões**, academias, cafés, gazetas e pela correspondência; mas encontram **censura** (índices de livros proibidos, em Portugal a **Real Mesa Censória**, 1768). Em Portugal, os *estrangeirados* — como D. Luís da Cunha e Ribeiro Sanches — trazem a ciência europeia, e a **reforma da Universidade de Coimbra** (1772) introduz o ensino das ciências.

Despotismo esclarecido — reis que adoptam reformas inspiradas nas Luzes (administração, justiça, educação, economia) **sem** admitir limitação do seu poder: Frederico II na Prússia, Catarina II na Rússia, e o próprio pombalismo em Portugal. **Modernidade**: a autoridade passa a justificar-se pela razão e pela utilidade pública, e nasce a **opinião pública** como instância de julgamento.

Exercícios

1. Completar: o Iluminismo confia na _____ como critério de verdade, defende a _____ religiosa e a liberdade de expressão, e vê no _____ uma possibilidade aberta; a sua obra colectiva mais emblemática é a _____ (1751-1772).

Sabias que? A *Enciclopédia* foi incluída no Índice de livros proibidos da Igreja (1759), e em Portugal a **Real Mesa Censória** (1768) passou a autorizar a publicação e a circulação de livros. No mesmo reinado, o Estado promovia o ensino das ciências na reforma da Universidade de Coimbra (1772) — **censura e reforma científica conviveram**, e é essa ambiguidade que caracteriza a relação do poder com as Luzes.

2. Verdadeiro ou falso — corrige as falsas: a) Montesquieu defende a concentração dos poderes no rei · b) para Rousseau a soberania pertence ao povo · c) Voltaire criticava a intolerância religiosa · d) a Enciclopédia foi publicada sem qualquer resistência · e) os déspotas esclarecidos aceitavam a limitação do seu poder por um parlamento.

3. Liga cada autor à sua tese: Newton · Montesquieu · Rousseau · Voltaire · Diderot e D'Alembert · Locke.
(i) divisão dos poderes como garantia da liberdade; (ii) soberania popular e vontade geral; (iii) leis naturais que tornam o universo inteligível; (iv) tolerância e crítica do fanatismo religioso; (v) difusão universal do saber; (vi) conhecimento pela experiência e direitos naturais.

4. Completa a tabela dos poderes (Montesquieu).

Poder	Função	Quem o exerce
Legislativo		
Executivo		
Judicial		

5. Explica porque é que a divisão de poderes é uma crítica direta à monarquia absoluta. Usa a expressão «concentração de poderes» na resposta.

6. Distingue soberania popular de direito divino: quem legitima o poder em cada caso e que consequência tem para a obediência dos governados?

7. «Despotismo esclarecido» é uma expressão contraditória. Explica porquê, referindo uma reforma típica destes soberanos e o limite que mantinham.

8. Síntese escrita (3 a 4 linhas): explica o contributo das Luzes para a construção da modernidade europeia, articulando razão, direitos e opinião pública.

Soluções — O Iluminismo e a construção da modernidade

11.º Ano

História A

Resolução completa

1. **razão · tolerância · progresso · Enciclopédia**. Nota: a confiança no progresso é a novidade — o futuro deixa de ser decadência e passa a ser aperfeiçoamento possível.

2. a) **F** — defende a separação e o equilíbrio dos poderes, precisamente contra a concentração. b) **V** — é a tese central do *Contrato Social*. c) **V** — é um dos eixos da sua obra. d) **F** — teve censura e proibições em França e noutros países. e) **F** — reformavam por decisão própria, sem admitir controlo parlamentar ou constitucional.

3. Newton → (iii) · Montesquieu → (i) · Rousseau → (ii) · Voltaire → (iv) · Diderot e D'Alembert → (v) · Locke → (vi).

4. Legislativo: **fazer as leis; assembleia representativa** (parlamento). Executivo: **aplicar as leis e governar; governo/monarca**. Judicial: **julgar e aplicar a lei aos casos; tribunais independentes**.

5. No absolutismo há **concentração de poderes** na pessoa do rei: ele faz a lei, nomeia quem a aplica e julga em última instância — e ainda se apresenta como fonte do direito, por delegação divina. Sem separação, quem governa é simultaneamente juiz da sua própria conduta, e o súbdito não tem instância a que recorrer. A divisão de poderes cria **controles mútuos** (o legislativo limita o executivo; o judicial julga segundo a lei, não segundo a vontade do governante) e transforma a obediência em cumprimento da lei, não em submissão a uma pessoa.

6. No **direito divino**, o poder vem de Deus e o soberano responde apenas perante ele: os governados devem obediência porque contestar é opor-se à ordem sagrada. Na **soberania popular**, o poder vem do povo reunido em contrato: quem governa é mandatário, a legitimidade depende do consentimento e a obediência cessa quando o mandato é traído. A consequência é política: no primeiro caso, nenhuma instituição pode limitar o rei; no segundo, o governo é responsável perante a nação e as leis.

7. Porque junta duas coisas incompatíveis: **«esclarecido»** significa governar segundo a razão e o interesse público (reformas da justiça, da administração, da educação, estímulo económico e, por vezes, tolerância religiosa — como fez Frederico II na Prússia ou Catarina II na Rússia); **«despotismo»** significa que essas reformas são decididas de cima, sem constituição, sem parlamento e sem opinião livre. O limite é sempre o mesmo: o soberano reforma **o que quer** e mantém intacto o seu poder absoluto — logo, o esclarecimento não passa de política do príncipe, não de direito dos governados.

8. Modelo — «As Luzes constroem a modernidade ao deslocar o fundamento da autoridade: do sagrado para a **razão**, e do súbdito para o **cidadão** com direitos. Ao afirmarem que o conhecimento é público e progressivo, e ao exigirem tolerância e liberdade de expressão, criam a figura da **opinião pública** — uma instância que julga os actos do poder. Desse legado nascem a divisão de poderes, a soberania popular e a ideia de que o governo existe para garantir direitos: é o programa que as revoluções liberais tentarão realizar.»

Nota: três blocos para a prova — **razão e progresso** (Newton, Locke, Enciclopédia) · **programa político** (Montesquieu, Rousseau, Voltaire) · **difusão e limites** (salões, censura, despotismo esclarecido, estrangeirados e Coimbra 1772).